

## “Conversas capitais” sobre o conhecimento

### “Capital conversations” on knowledge

Maria Cristina Schefer  
mariacris.7@hotmail.com

SANTOS, B. de S.; MENEZES, M.P. (orgs.). 2010. *Epistemologias do Sul*. São Paulo, Cortez, 637 p.<sup>1</sup>

Difícilmente alguém do campo da Educação conseguirá concluir as leituras de *Epistemologias do Sul* sem que as “entranhas” pareçam reviradas. Classificaria a obra como *punk*, se existisse tal categoria de distinção no meio literário, em vista do caráter transgressivo que a caracteriza, através de uma sequência de argumentações que tomam forma de movimento cultural contra as “verdades permitidas” e as “histórias únicas”.<sup>2</sup>

Os autores, de países variados e áreas afins, num discurso polissêmico e com singularidades claras, apontam para as marcas eurocêntricas nos mais diversos âmbitos do conhecimento, ou melhor dizendo, para a difusão de saberes, que, filiados aos interesses capitais, vêm sendo, ao longo da história, elucidados, “iluminados”, legitimados. Esses autores também discutem o “ofuscamento” de quaisquer outras possibilidades de conhecimento em meio à representação social pejorativa das maiorias excluídas.

Abrindo o debate, Boaventura define o mundo atual como o resultado do *pensamento abissal*, onde não há copresença entre os dois lados do globo, dividido a partir de um conceito elitizado de conhecimento que privilegia a Europa. Onde relações de poder, *invisivelmente* instaladas, dão objetividade intencional ao que é *visível*, em que o binômio *metrópole versus colônia* pode ser

traduzido por *Ocidente iluminado versus Oriente ofuscado*. Tais reflexões iniciais, que aludem à existência de um comportamento global de superioridade *versus* inferioridade dando sentido às coisas e determinado por interesses financeiros são reafirmados, singularmente, pelos demais autores, numa sequência situada e datada de exemplos denunciante.

Aníbal Quijano aponta a *colonialidade* como sendo constitutiva do capitalismo mundial, que, atualmente, está padronizado a partir da América. Assevera que, além de uma construção *geocultural hierárquica* (historicamente eurocêntrica), a educação hegemônica que naturalizou as experiências dos indivíduos contribuiu para essa situação.

Apesar de, em síntese, o discurso dos autores convergir para a dicotomia entre Ocidente e Oriente, em que o primeiro é o símbolo da modernidade, do progresso e da civilização, e o segundo, símbolo do arcaísmo, da precariedade de ideias e do senso comum, ambos os estudiosos reforçam que há mobilidade na linha divisória entre os que podem ou não ser “ouvidos e vistos” pelo mundo. Eles lembram que é possível mensurar historicamente esse movimento de inclusão *versus* exclusão das populações em episódios marcados pelo *Poder Capital*.

<sup>1</sup> Obra organizada por Boaventura de Sousa Santos, diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal), e por Maria Paula Menezes, investigadora nessa mesma instituição, publicada no Brasil em 2010. Essa obra, que contém 637 páginas, está dividida em quatro partes.

<sup>2</sup> Conceitos utilizados pela ativista angolana Chimamanda Adichie (2009) em seu discurso na TED, em 2009, sobre o “olhar do mundo” para o continente africano; enfatiza a redução discursiva da África à categoria de país de miseráveis no Globo.

Boaventura cita, nesse sentido, algumas divisões globais, físicas, como o Tratado de Tordesilhas (séc. XV), e discursivas, como os “acordos de amizade” entre as nações (iniciados no séc. XVI). Para ele, um novo *colonialismo* prospera, e os colonizados atuais tentam subverter a ordem (diferentemente dos do passado): são os terroristas, imigrantes clandestinos, desafiando o *estado das coisas*.

Desse modo, fica claro que a mudança de postura dos invisíveis (colonizados) dentro do campo da exclusão pouco consegue avançar em termos de melhoria de vida, pois os eventos de subversão são “contados ao mundo” de modo fragmentado e sem que haja sensibilização ou alteridade.

Para Paulin J. Hountoundji, essa questão da narrativa ou de quem narra um fenômeno está no cerne do problema das perspectivas epistemológicas. Ele parte da indagação: *quão africanos são os chamados estudos africanos?* Pois o conhecimento produzido sobre a África, além de não ter trazido melhorias para os africanos, atendeu a padrões de conhecimento do Ocidente e relatou aspectos não inter-relacionados da África.

Além disso, o autor reflete sobre o retorno social do conhecimento para as populações pesquisadas e sobre a necessidade de um compromisso ético do pesquisador com o objeto de estudo.

Na mesma linha de “olha só quem está falando”, Radha D’Souza questiona o aumento do número de pesquisas ativistas, nas quais “muitos se arrogam o direito de falar em nome dos pobres” (Santos e Menezes, 2010, p. 151). A autora alerta o pesquisador social para o problema da desarticulação dos discursos de esquerda em vista da transposição terminológica, visto que determinados termos, quando utilizados pelos atores dos movimentos sociais, têm força e reconhecimento e, quando se tornam genéricos, perdem a identidade.

Podemos considerar, pois, que esses últimos dois autores, com maior ênfase, refletem sobre a autoridade social<sup>3</sup> de quem aborda um fenômeno epistemológico, bem como sobre o perigo de empréstimos de bens simbólicos (Bourdieu, 2006) entre sujeitos que não compartilham dos mesmos ideais.

Mogobe B. Ramose abre, no texto, a discussão sobre o problema da emissão de juízo de valor sobre os seres humanos e os constantes ataques científicos às práticas populares. Faz uma crítica ao fundamentalismo econômico e questiona o relativismo do direito à vida, determinado pelo mercado (explícito em documentos legais). Relata como exemplo de resistência a filosofia *Ubuntu*, que considera o homem portador do direito fundamental à vida.

Essa discussão acerca de mercado *versus* bem comum prossegue com o capítulo de Maria Paula Menezes, no qual a autora reflete sobre a reedição da feitiçaria em Moçambique e o fato de essa ter se tornado um meio para a população contestar o acúmulo de capital de poucos em detrimento da vida de muitos. Segundo ela, atualmente, as grandes fortunas vêm sendo associadas pela população a ligações ocultas. A desvalorização de conhecimentos não palpáveis, não financeiramente controláveis, que ocorrem na informalidade ou à mercê dos campos específicos, tem, ao longo da história, recebido críticas e censura social. Da caça às bruxas na Idade Média à constante difamação da medicina alternativa, não faltam exemplos difamatórios contra a tessitura artesanal de soluções para a vida.

João Arriscado Nunes adentra no texto fazendo uma meta-abordagem da proposta de Boaventura em defesa da epistemologia alternativa. Para o autor, é importante situar o surgimento desse olhar num local interno e a partir do pragmatismo clássico, principalmente o de John Dewey e William James. Enfatiza que foi na própria ciência que se verificou a impossibilidade de que ocorra o reconhecimento de saberes constituintes do *coletivo* e as *consequências* visíveis da ignorância da multiplicidade.

Paulo Freire e Enrique Dussel já fizeram, no passado, tentativas de legitimação de múltiplos saberes e, desse modo, o autor situa as atuais reflexões como continuidade discursiva, lembrando que qualquer movimento, na direção da *ecologia dos saberes*, terá como pré-requisito a tomada de partido em defesa dos oprimidos.

Ebhraim Moosa reafirma as mazelas da terminologia do conhecimento. Para ele, o termo *progresso* deve ser utilizado sob rasura (com dúvida), já que não é possível uma proposta de ampliação de saberes que ignore o processo (história). Exemplifica lembrando que, ao contrário do que fazem parecer, os muçulmanos (muitas vezes qualificados como tradicionais) não memorizaram uma tradição (ela perpassou os seus corpos), e que *parte* deles, não todos, em *alguns momentos e territórios*, praticam uma tradição marcada pela religiosidade e ideia messiânica. Generalizar as informações sobre uma vasta comunidade é um ato arbitrário, mesmo que sem emitir quaisquer opiniões.

Desse modo, o autor aponta à questão dos estereótipos sociais e o quanto a manutenção de certas *imagens* colabora para a proteção do sistema capitalista, quando ninguém quer “conversar” com povos que não “progridem”.

Convergindo com essas posições, Dimas A. Masolo escreve que, paralelamente ao momento em que os filó-

<sup>3</sup> Termo utilizado por Bourdieu em *O poder simbólico* (2006).

sofos africanos (precursores da etnofilosofia – a partir de 1960) questionavam os limites internos e externos para a definição de uma disciplina, os cientistas ocidentais (epistemicamente orientados) avaliavam o impacto das teorias nos espaços sociais, e os estudos acabaram se relacionando. Via de regra, poucos pensadores reconhecem a *indigeneidade* determinante na compreensão do conhecimento.

O fato é que, para que haja reconhecimento da participação de um no estudo de outro, é preciso que ambos estejam “iluminados”, o que negaria a máxima epistemológica soberana.

Dussel mexe um pouco mais na verificação do ofuscamento ou iluminação das *informações* no *globo*. Rebate a informação de que a Revolução Industrial tenha inaugurado a sociedade moderna e demonstra influências não europeias em vários campos do saber, que foram negadas com o objetivo de iluminar a Europa. E, ao fazê-lo, o autor atinge discursivamente a fortuna crítica de “celebridades teóricas”.

Na mesma direção, Nelson Maldonado Torres analisa discursos clássicos imbuídos de ideologias raciais e religiosas. Heidegger, por exemplo, fez na filosofia, com a viragem linguística (alemão como a língua do *volk*-centro), o que Hitler fez na política: a difusão do germanocentrismo europeu. Como eles, vários intelectuais têm reforçado a ideia de seres aptos e não aptos. Maldonado convoca literalmente os pesquisadores para a descolonização epistêmica.

Esse clamor pela descolonização epistêmica, possivelmente, encantará os estudiosos progressistas; contudo, lembrando Paulo Freire, referência na tradição pedagógica do Brasil, percebe-se a grandeza desse desafio, pois não se trata apenas de abortar quaisquer influências eurocêntricas, já que a filosofia de Karl Marx atravessa fortemente os escritos freireanos, mas de instituir a dúvida sobre as representações solidificadas sobre um dado conhecimento e as formas de estudá-lo.

Kabengele Munanga, partindo de estudos como os de Darcy Ribeiro sobre a miscigenação no Brasil, salienta que não houve aceitação natural da diversidade, como se difundiu. E o irremediável estado de *morenice* somente foi aceito diante da impossibilidade genética da brancura total. Além disso, os excluídos no Brasil têm a pele escura e são (como em várias partes do *globo*) a maioria.

Com essas palavras, Munanga buscou romper com um estereótipo, confortável para parte dos brasileiros, de que a miscigenação garantiu no País a igualdade de direitos entre as pessoas.

Ramón Grosfoguel traz ao texto o questionamento aos periódicos científicos que têm reforçado filiações a cátedras epistemológicas. Para o autor, é preciso instaurar um

*pensamento de fronteira* que amplie o cânone ocidental, em que o *sujeito que fala* seja “descoberto” e anunciado claramente o lócus de enunciação: o lugar geopolítico e o corpo político de produção do conhecimento.

Em outros termos, Grosfoguel denuncia a incoerência entre o discurso e a prática no seio da própria comunidade científica, que, mesmo quando é convidada a se libertar dos cânones, demonstra dificuldade e, por que não dizer, até certa dúvida em fazê-lo.

Contribuindo para demonstrar a validade dos estudos humanizados, Nilma Lino Gomes cita a ampliação da pesquisa para os profissionais negros no Brasil a partir da década de 90 do século XX, pois inauguram uma nova racionalidade científica em que o “outro da razão” está no comando. Os profissionais negros construíram um perfil que engloba tanto o movimento negro quanto o movimento das mulheres negras, ou seja, os estudos realizados por pesquisadores negros no Brasil serviram, efetivamente, para fortalecer a negritude brasileira e incluí-la de modo democrático no mapa populacional.

No segundo momento em que Boaventura volta ao debate no texto, busca apoio em autores como, Jack Goody na obra: *The theft of history* (2006), que reflete sobre a necessidade de uma *história global* verdadeira, que restabeleça tanto o Oriente quanto o Ocidente dos “furtos” da história, feitos em prol da fundação de um falso passado para o Ocidente. Boaventura argumenta que muitos dos estudos e teóricos que foram ignorados no passado podem dismantelar o *pensamento ortopédico* e a razão indolente hoje solidificados.

Diante disso, faz um alerta voltado à questão da opção teórica, já que sempre existiram discursos alternativos, e que foi quase consensual a recusa de outras perspectivas epistemológicas no meio acadêmico.

Em textos diferentes, Shiv Visvanathan e Milton Santos refletem sobre as aproximações entre as populações no globo. Visvanathan mostra o caráter necrófilo dos encontros entre o Oriente e o Ocidente, principalmente quando o poder e a economia determinaram os encontros. Para ele, o que resulta dessas relações são tratados de imperialismo ou colonialismo.

Milton Santos, por sua vez, enfatiza a necessidade de aproximação das vizinhanças (lugares) para inter-relações que levem em conta a subjetividade dos indivíduos. Ambos os autores aludem aos benefícios da produção da cultura popular pelas populações periféricas, feita na lentidão, em meio à necessidade de reinventar modos de vida.

Assim, a questão relativa a aproximações culturais entra em discussão, bem como a avaliação do tipo de consequência que delas resulta, pois nem sempre trocas culturais significam melhorias.

Amina Mama chega ao texto para fechá-lo, numa escrita em defesa do reconhecimento global dos Estudos Sociais africanos, que conceitua como progressistas. A autora lamenta a pouca abrangência das produções daquele continente, formado por 44 nações e que possui a maior aglomeração de pessoas pobres do mundo. Para ela, os efeitos da globalização, sentidos pelo povo da África, poderiam servir para a reestruturação das relações globais.

Considerando que o conhecimento apresentado no livro aqui resenhado se pretende um grande difusor do *pensamento abissal*, legitimador das discriminações e das relações de poder, parece oportuno que o mesmo seja pensado no chão da educação formal: as instituições escolares. E não foi preciso ir muito longe, na tentativa de rastrear tal *pensamento abissal* ao vivo e “sem cores” nesse espaço educativo, dado que são altamente difundidas, na mídia brasileira, nos resultados das modalidades avaliativas de ensino, as disparidades no quesito de acesso ao conhecimento entre os estados *centrais* (com maior desenvolvimento econômico) e os periféricos.

As escolas e as universidades centrais podem ser reconhecidas como representações edificadas desse tipo de fenômeno (*exclusão versus inclusão*), pois, geralmente, possuem melhores estruturas, têm maior visibilidade, concentram os melhores professores e formam os melhores alunos. Já as escolas de periferia, são exemplos “claros” de espaços ofuscados em relação ao conhecimento nelas produzido. Locais em que gestores e professores, muitas vezes, abrem mão do foco na aprendizagem e assumem compromissos característicos de trabalho assistencial.

Nesse aspecto, a falta de reconhecimento da *ecologia de saberes*, defendida na obra, explica (lamentavelmente) essa postura de profissionais de educação de zonas periféricas, quando esses não reconhecem, na fala, na cultura e na expectativa de futuro dos *estudantes ordinários*,<sup>4</sup>

especificidades dignas de investimento intelectual. E, desse modo, além de não contribuírem para a ampliação dos saberes dos alunos à margem, colaboram para a manutenção de grupos humanos fadados ao trabalho sujo e a uma *existência* de segunda linha.

Pode-se (e cabe) aumentar ainda mais o “zoom” dessa lente de verificação do *pensamento abissal* incorporado nas instituições escolares, sejam elas centrais, sejam periféricas, na análise do que popularmente vem sendo chamado de *bullying*. A prática de violência escolar tem se caracterizado, frequentemente, pela ideia de superioridade de uns sobre outros, em que os “tipos” que fogem do padrão físico ou comportamental permitido, num determinado espaço, geralmente são as vítimas.

Enfim, muitos “humanos discentes/docentes” aprenderam a olhar para o outro, algumas vezes, com dó, mas geralmente sem empatia. E, “de cima”, uns vêm prescrevendo modos e costumes para outros, numa rede acrítica em prol do poder capital. Romper com isso não será fácil; daí a magnitude de *Epistemologias do Sul*: a obra revela a condição de ventríloquo que os instrumentos de difusão de saberes, de norte a norte, de sul a sul, exercem. *Punk?*

## Referências

- ADICHIE, C. 2009. *O discurso de Chimamanda Adichie*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/feira-livre/reynaldo-recomenda-a-palestra-da-escritora-chimamanda-adichie/>. Acesso em: 05/04/2012.
- BOURDIEU, P. 2006. *O poder simbólico*. 9ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 311 p.
- CERTEAU, M. de. 1994. *A invenção do cotidiano*. 12ª ed., Petrópolis, Vozes, 351 p.
- GOODY, J. 2006. *The Theft of History*. Cambridge, Cambridge University Press, 342 p.

Maria Cristina Schefer  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul  
Rua Sete de Setembro, 1156  
90010-191, Porto Alegre, RS, Brasil

<sup>4</sup> Expressão inspirada no conceito de *homem ordinário*: comum, periférico, de Certeau (1994).